

## INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA Nº

**TEOR DA SOLICITAÇÃO:** Informações acerca da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do (a) PROJETO DE LEI Nº 1.024/2020, em atendimento ao disposto na Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação nº 1/2015.

**SOLICITANTE:** COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**AUTOR:** Leonardo José Rolim Guimarães  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Área Saúde, Trabalho,  
Previdência, Assistência Social e Família

## 1. SÍNTESE DA MATÉRIA

---

O projeto em análise, de autoria do PODER EXECUTIVO, altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, visando proporcionar o aperfeiçoamento no arcabouço legislativo do Sistema Confea/Crea, que se faz necessário em função dos impactos sobre os investimentos na área de infraestrutura, além de efetuar modificações no plenário do conselho pela instituição da representação federativa, eleição direta e ampliação do número de membros para abranger todas as categorias profissionais pertencentes ao sistema.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo. O Relator na CFT, Deputado Rogério Correia, apresentou parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.024 de 2020, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público na forma da Subemenda substitutiva.

## 2. ANÁLISE

---

Da análise do projeto, bem como do substitutivo apresentado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e da Subemenda substitutiva Relator na CFT, observa-se que este contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo.

### 3. DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

---

Nenhum.

### 4. RESUMO

---

Em face do exposto, entendemos que não há implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei.

Brasília-DF, 17 de junho de 2025.

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES  
CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA